

OFÍCIO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Referente ao Chamamento Público nº 05/2025 – Secretaria de Estado da Retomada -
Goiás

Ao Senhor

CESAR AUGUSTO SOTKEVICIENE MOURA

Secretário de Estado da Retomada.

Goiânia – GO

Assunto: Recurso contra Desclassificação no Chamamento Público nº 05/2025.

Eu, ILSON PEREIRA CARVALHO, inscrito no CPF sob o nº 593.586.881-49, representante legal da PREFEITURA MUNICIPAL DE BALIZA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.067.131/0001-59, venho, respeitosamente, à presença de Vossas Senhorias, interpor o presente RECURSO ADMINISTRATIVO em face da decisão de desclassificação publicada no âmbito do Chamamento Público nº 05/2025, promovido por essa Secretaria.

1. Dos Fatos

No dia 10 de junho de 2025, esta entidade foi surpreendida com a decisão de desclassificação, motivada por não apresentação da Lei Orgânica, Certidão da SEAD e Certidão da SERINT, além de inadimplência na certidão de débito junto a concessionária de energia e o comprovante de empenho de contrapartida, sendo esses dois últimos itens desconsiderados nas análises documentais. Entretanto, entende esta parte que a decisão carece de reavaliação de mérito, conforme se demonstra a seguir.

2. Do Mérito

Apresentamos que o Ato Constitutivo, item 3 da planilha de análise, correspondente à Lei Orgânica, em caso de entes municipais, é um documento passível de acesso por qualquer órgão no portal da transparência. Visto que os demais documentos essenciais e indispensáveis foram apresentados, a Lei orgânica, pela sua possibilidade de acesso não consideraria desclassificação da apresentação de documentos do ente PREFEITURA MUNICIPAL DE BALIZA, visto que seria desproporcional e não razoável não selecionar o município por conta deste documento, privando a administração de firmar pareceria tão importante de fomento para o município.

Quanto a não apresentação das Certidões da SERINT e SEAD, itens 13 e 14, foi solicitada a emissão das mesmas que não foram disponibilizadas dentro do prazo para envio do chamamento. A Certidão Nº 272 / 2025 SEAD/GCGC-19216 foi emitida em 23 de maio de 2025 e nela *CERTIFICA que, na presente data, NÃO CONSTA registro de Prestação de Contas de Convênios julgadas irregulares.* Já a Certidão Nº 225 / 2025 SERINT/GECEI-14659 consta com uma prestação de contas *em análise* e uma *em análise*

tomada de conta especial ambos referentes a gestões anteriores com andamento para sanar todas as pendências. Visto que estão relacionadas ao extinto programa *Goiás na Frente*.

Já o item 27, *Declaração de não duplicidade de convênios* foi de maneira equivocada no momento de edição, recebendo o nome correto contudo com a descrição de arquivo semelhante ao de *Declaração de Regularidade nas Prestações de Contas*. Tal confusão se deu pela diferença entre os títulos apresentados no edital e títulos presentes nos anexos disponíveis no site da Secretaria de Estado da Retomada. Contudo o mesmo se encontra pronto e assinado.

Como os demais documentos pendentes foram desconsiderados (itens 16 e 22) na análise documental e os essenciais e indispensáveis foram apresentados, pedimos a reconsideração da documentação do ente PREFEITURA MUNICIPAL DE BALIZA com o envio imediato das *certidões, lei orgânica e Declaração de não duplicidade de convênios*.

3. Dos Fundamentos Legais

Conforme prevê a legislação aplicável, especialmente com base no artigo 5º, inciso LV - direito à ampla defesa e contraditório c/c com art. 6º que trata dos direitos Sociais; ambos da Constituição Federal de 1988; art 5º, inciso VIII da Constituição do Estado de Goiás: Art. 5o Compete ao Estado: VIII - firmar acordos e convênios com a União e demais unidades federadas, com os Municípios e com instituições nacionais e internacionais, para fins de cooperação econômica, cultural, artística, científica e tecnológica.

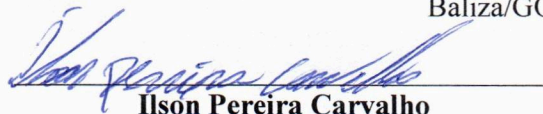
4. Dos Pedidos

Diante do exposto, requer:

- a) O recebimento e o devido processamento deste recurso administrativo;
- b) A reavaliação da decisão de desclassificação, com o consequente reconhecimento da plena habilitação desta entidade no Chamamento Público nº 05/2025;
- c) Caso Vossas Senhorias entendam necessário, a concessão de prazo para apresentação de esclarecimentos ou complementação documental, conforme os princípios da administração pública.

Termos em que,
Pede deferimento.

Baliza/GO, 16 de junho de 2025.


Ilson Pereira Carvalho
CPF nº 326.093.096-15
Prefeito de Baliza/GO

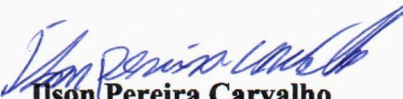


ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO
GOVERNO MUNICIPAL DE BALIZA
Adm. 2025 – 2028
CNPJ: 01.067.131/0001-59

**DECLARAÇÃO DE NÃO SOLICITAÇÃO OU CELEBRÇÃO DE CONVÊNIO
OU OUTRO INSTRUMENTO CONGÊNERE**

Ilson Pereira Carvalho, Prefeito(a) do município de **Baliza**, portador do CPF nº **593.586.881-49**, declaro para os devidos fins e sob pena da lei, que o município de **Baliza**, **DECLARA** que não solicitou ou celebrou Convênio ou outro instrumento congênere, com idêntico objeto da presente solicitação perante outro órgão estadual ou federal
Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Baliza, 19 de maio de 2025.


Ilson Pereira Carvalho
Prefeito Municipal de Baliza



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALIZA

LEI Nº 569/2017 DE 23 DE MARÇO DO ANO DE 2017

“Institui o Programa de Prorrogação da Licença Maternidade e à Adotante no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Município de Baliza - GO e dá outras providências.”

A CÂMARA MUNICIPAL DE BALIZA E EU, PREFEITA MUNICIPAL DE BALIZA – GO SANCIONO A SEGUINTE LEI:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

Artigo 1º - Fica instituído, nos termos do art. 2º, da Lei Federal nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, o Programa de Prorrogação da Licença Maternidade e à Adotante no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Município de Baliza, com o objetivo de, durante os primeiros 6 (seis) meses de vida, garantir o exclusivo aleitamento materno e a priorização do convívio da mãe e do infante.

Artigo 2º- Serão beneficiadas pelo Programa de Prorrogação da Licença Maternidade e à Adotante as servidoras públicas municipais ocupantes de cargos, funções e empregos públicos, integrantes da Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundos de Saúde, Educação e Assistência Social.

§ 1º - A prorrogação será garantida à servidora pública que requerer o benefício até trinta dias antes do término da licença maternidade e terá duração de 60 (sessenta dias).

§ 2º - A prorrogação a que se refere o § 1º deste artigo iniciar-se-á no dia subsequente ao término da vigência da licença prevista no art. 144-A, da Lei Complementar nº 17, de 30 de agosto de 1993, ou do benefício de que trata o art. 71, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

§ 3º - O benefício a que fazem jus as servidoras públicas mencionadas no

E-mail: prefeituradebaliza@hotmail.com

AV. GOIÁS, 200 - FONE: (66) 3406-1350 / FAX: (66) 3406-1096 - CEP 76.250-000 - BALIZA - GOIÁS



ESTADO DE GOIÁS PREFEITURA MUNICIPAL DE BALIZA

caput deste artigo será igualmente garantido a quem adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, na seguinte proporção:

- I- 60 (sessenta dias), no caso de criança de até 1 (um) ano de idade;
- II- 30 (trinta dias), no caso de criança de mais de 1 (um) e menos de 4 (quatro) anos de idade; e
- III - 15 (quinze dias), no caso de criança de 4 (quatro) a 8 (oito) anos de idade.

§ 4º - A prorrogação da licença será custeada com recurso do Tesouro Municipal.

Artigo 3º - A servidora em gozo de licença maternidade na data de publicação desta Lei poderá solicitar a prorrogação da licença, desde que requerida até trinta dias após o início da vigência da Lei.

Parágrafo único: A servidora pública mencionada no *caput* deste artigo terá direito ao gozo da licença pelos dias faltantes para completar os sessenta dias correspondentes à prorrogação, nos termos do § 2º, do artigo 2º, desta Lei.

Artigo 4º - A Secretaria Municipal de Saúde do Município, nos termos de regulamento próprio, acompanhará a servidora, comissionada ou contratada temporariamente gestante, com o objetivo de garantir sua saúde no ambiente de trabalho e orientá-la sobre seus direitos, inclusive no que se refere à prorrogação da licença maternidade.

Parágrafo único. Compete à beneficiada comunicar formalmente o início de sua gestação ao Setor de Saúde e ao Departamento de Recursos Humanos.

Artigo 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, bem como sua disponibilização no site da Câmara Municipal de Baliza – GO.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE BALIZA, ESTADO DE GOIÁS,
aos 23 dias do mês de Março, do ano de 2017.

Fernanda Nolasco Vanderley de Oliveira

Prefeita Municipal

E-mail: prefeituradebaliza@hotmail.com

AV. GOIÁS, 200 - FONE: (66) 3406-1350 / FAX: (66) 3406-1096 - CEP 76.250-000 - BALIZA - GOIÁS



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALIZA

caput deste artigo será igualmente garantido a quem adotar os seguintes prazos
judicial para fins de adoção de criança, na seguinte proporção:
I - 60 (sessenta dias), no caso de criança de até 1 (um) ano de idade;
II - 30 (trinta dias), no caso de criança de mais de 1 (um) e menos de 4 (quatro)
anos de idade;
III - 15 (quinze dias), no caso de criança de 4 (quatro) a 8 (oito) anos de idade.

§ 4º - A prorrogação da licença será custada com recurso do Torçador
Municipal.

Artigo 3º - A servidora em gozo de licença maternidade na data de publicação
desta Lei poderá solicitar a prorrogação da licença, desde que requiera até
trinta dias após o início da vigência da Lei.
Parágrafo único - A servidora pública mencionada no caput deste artigo terá
direito ao gozo da licença pelos dias faltantes para completar os sessenta dias
correspondentes à prorrogação, nos termos do § 2º do artigo 2º desta Lei.

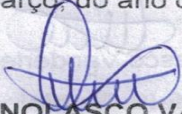
Artigo 4º - A Secretaria Municipal de Saúde do Município, nos termos de
regulamento próprio, acompanhará a servidora, com o objetivo de garantir sua saúde no ambiente
temporariamente gestante, com o objetivo de garantir sua saúde no ambiente
de trabalho e orientá-la sobre os cuidados necessários, inclusive no que se refere à
prorrogação da licença maternidade.

SANÇÃO

Tendo em vista a aprovação regular pela colenda Câmara Municipal de
Baliza - Goiás, SANCIONO e PROMULGO a presente Lei Nº 569/2017, nos
termos do Art. 56, inciso III da Lei Orgânica do Município e Art. 77 inciso III, da
Constituição do Estado de Goiás, para que surta os seus efeitos Jurídicos e
Legais.

Publique - se e Cumpra - se.

**GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE BALIZA, ESTADO DE
GOIÁS**, aos 23 dias do mês de março, do ano de 2017.


FERNANDA NOLASCO VANDERLEY
Prefeita Municipal

Secretaria de
Estado da
Administração



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE CONVÊNIOS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

CERTIDÃO Nº 272 / 2025 SEAD/GCGC-19216

Processo SEI: 202500005018649

Requerente: Município de Baliza - GO

CNPJ/ME nº: 01.067.131/0001-59

- 1 A Secretaria de Estado da Administração CERTIFICA que, na presente data, **NÃO CONSTA** registro de Prestação de Contas de Convênios julgadas irregulares, em nome do(a) requerente acima identificado(a).
- 2 A consulta para emissão desta Certidão foi realizada nos registros de convênios desta Pasta, excluídos os lançamentos relativos aos processos em curso e pendentes de análise por parte desta Secretaria de Estado da Administração.
- 3 A presente Certidão engloba exclusivamente convênios celebrados no âmbito desta Secretaria, até 26 de janeiro de 2011, ocasião em que cessou a sua competência para firmar as respectivas avenças, por força do art. 7º, inciso I, da Lei estadual nº 17.257/2011.
- 4 Fica ressalvado o direito de inscrição em dívida ativa e a cobrança de eventuais débitos que vierem a ser apurados.

Certidão válida por 30 (trinta) dias.

CHEFIA DE GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, aos 23 dias do mês de maio de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **JORGE LUIZ RAMOS CAIADO JUNIOR, Chefe de Gabinete**, em 23/05/2025, às 16:09, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **74812146** e o código CRC **95CABA80**.

GERÊNCIA DE CONVÊNIOS E GOVERNANÇA CORPORATIVA
RUA 82 N° 400 - Bairro SETOR SUL - CEP 74015-908 - GOIANIA - GO 0- PALÁCIO PEDRO
LUDOVICO TEIXEIRA, 7º ANDAR, ALA LESTE (62)3201-5749



Referência: Processo nº 202500005018649



SEI 74812146



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
GERÊNCIA DE CONVÊNIOS E ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS

CERTIDÃO Nº 225 / 2025 SERINT/GECEI-14659

REQUERENTE:	MUNICIPIO DE BALIZA
CNPJ:	01.067.131/0001-59
ENDEREÇO:	Av. Goiás, nº 200, Centro, Baliza -GO

Declaramos para os devidos fins, que os convênios celebrados com o Estado de Goiás e o **MUNICIPIO DE BALIZA**, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, encontra-se na situação registrada no quadro abaixo:

CONVÊNIO:	2017 / 184
PROCESSO:	201700042001159
OBJETO:	PAVIMENTAÇÃO E RECAPEAMENTO
SITUAÇÃO:	EM ANÁLISE TOMADA DE CONTA ESPECIAL

CONVÊNIO:	2017 / 184
PROCESSO:	201700042001881
OBJETO:	PAVIMENTAÇÃO E RECAPEAMENTO
SITUAÇÃO:	EM ANÁLISE

A presente certidão não impedirá cobrança de quaisquer diligências/débitos que venham a ser apurados posteriormente.

Esta certidão tem validade de 90 (noventa) dias após sua assinatura.

SECRETARIA DE ESTADO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, Goiânia, Goiás, aos 27 dias do mês de MAIO do ano de 2025.

RODRIGO CAMPELO DE SOUZA
Gerente de Convênios e Elaboração de Instrumentos

MARCOS ANTÔNIO DE ARAUJO
Gerente de Tomada de Contas Especial



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO CAMPELO DE SOUZA, Gerente**, em 27/05/2025, às 11:04, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS ANTONIO DE ARAUJO, Analista**, em 27/05/2025, às 11:21, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **74979890** e o código CRC **EFE61332**.

GERÊNCIA DE CONVÊNIOS E ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS
RUA 82 - Bairro SETOR CENTRAL - CEP 74015-908 - GOIANIA - GO 0- PALÁCIO
PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA, Nº 400 6º ANDAR (32)3201-5635



Referência: Processo nº 202500042006118



SEI 74979890